

SÉCULUM SECULORUM: A CRIAÇÃO DA PARÓQUIA E A CONSTRUÇÃO DA RELIGIOSIDADE PINHALENSE (1861-2011)

Prof. Cristiano Luiz da Silva¹, Prof^a Ludmila Pena Fuzzi², Prof.³Dr. Cyro de Barros Rezende Filho

¹Instituto de Pesquisa Histórica Regional/Rua Vicente Chiradia,nº 359,CENTRO, Santo Antônio do Pinhal/SP, cristiano_barreiro@yahoo.com.br

² Instituto de Pesquisa Histórica Regional/Rua Vicente Chiradia,nº 359,CENTRO Santo Antônio do Pinhal/SP, ludfuzzi@yahoo.com.br

³Universidade de Taubaté (UNITAU)/Núcleo de Pesquisa Histórica (NPH), Rua Visconde do Rio Branco, 22-CENTRO, Taubaté/SP, profcyro@yahoo.com.br

Resumo- : Esta pesquisa tem como finalidade estudar a historicidade da criação da Paróquia de Santo Antônio do Pinhal, diante ao Regime do Padroado. É de grande valia este trabalho, pois o mesmo é um dos primeiros resultados de uma descoberta acerca da origem de uma Paróquia, antes estudada como do período republicano e que agora se sabe ser do século XIX. Através de uma nota do Jornal Imprensa de Taubaté, datado de 19 de março de 1876, encontrado no Arquivo Histórico de Taubaté, foi observado o anúncio de que o Imperador declarava a criação da Paróquia Santo Antônio. Além dos estudos em documentos do Arquivo Histórico de Taubaté, também foram utilizados os livros tombos da paróquia. A religiosidade que cerca a crença em torno de Santo Antônio nos oferece um quadro para compreender sobre o papel da Paróquia na cidade pinhalense, além de instituição religiosa, também instituição jurídica, auxiliando o estado imperial.

Palavras-chaves: Sagrado e Profano, Santo Antônio do Pinhal, Padroado

Área do Conhecimento: História das Mentalidades
- História Religiosa e Imaginário.

Introdução

As abordagens das questões propostas pela pesquisa são um ponto que exige, preliminarmente, um estabelecimento de conceitos operacionais e normativos que permitam o entendimento razoavelmente seguro, ou menos problemático da temática.

Religião e religiosidade são produções humanas situadas na esfera da cultura, ou da superestrutura, são históricas, portanto, mas que por vezes são interpretadas como a - históricas e, além disso, se propõem elas mesmas, estabelecerem um conceito e uma filosofia da história.

Mas o que foi o “Padroado”, qual a sua influência em nossa história? Conhecer um pouco melhor este tema é fundamental para compreender mais aprofundadamente as origens de nossa colonização e evangelização, pois tal instrumento, aplicado à Igreja do Brasil, inicialmente teve algumas vantagens, mas posteriormente foi usado de modo abusivo por diversos reis e, após a independência, pelos dois

imperadores brasileiros, resultando por sujeitar o clero à condição de parte do quadro funcional do Estado, por sujeitar as escolhas episcopais e paroquiais conforme os interesses da Coroa, por tolher o interesse da participação do povo na própria construção e manutenção das igrejas (oque era “direito e dever” do governo), enfim, por muitas vezes ferir frontalmente a liberdade do Evangelho.

Metodologia

Para conseguirmos analisar os Jornais da coletânea Imprensa Taubaté, de 1876 e os livros tombos da Paróquia Santo Antônio, foi utilizado a técnica de paleografia para documentos do século XIX.

Através de uma parceria com o Instituto de Pesquisa Histórica Regional (IPHR) e Curso Formador do Pesquisador em História, foi realizada uma pesquisa de campo sob a coordenação da Prof^a Ludmila Pena Fuzzi, em que foram coletados dados físicos para a comprovação de que a paróquia era de fato do Regime do

Padroado. Estes dados foram descritos no último item deste artigo.

Uma teoria sobre religiosidade, na concepção do Sagrado e Profano, foi descrito, fundamentando a religiosidade presente da cidade de Santo Antônio do Pinhal.

1- A Consciência da Igreja no Brasil: A origem do padroado

A percepção da Igreja é profundamente influenciada pelo contexto histórico na qual ela testemunha a mensagem litúrgica, a proclamação dos dogmas e a centralização devocional. Nem sempre as circunstâncias facilitam uma visão clara dos caminhos a seguir. A tendência à inércia é abalada, às vezes, por vozes “proféticas” que proclamam um retorno às origens.

Na formação cultural do Brasil, observamos um contexto de perda da identidade, causada pela implantação de modelos europeus de racionalidade e revolucionários em diferentes segmentos, fazendo a religião torna-se também “vazia”. O padroado esgotara de tal forma sua função episcopal, que os bispos não chegavam a constituir um centro de unidade. O papel exercido antes pelos Jesuítas cuja rede de colégios cobria os pontos mais importantes do litoral, não foi assumido por ninguém. Segundo BEOZZO (1992), o relacionamento dos fiéis com os pastores reduzia-se a ocasiões especiais, geralmente no tumulto das grandes festas. Pode-se dizer que a Igreja era no Brasil uma organização de leigos.

Dificuldades práticas de administração eclesiásticas, principalmente as decorrentes das distâncias e deficiências da rede [sic] de comunicações, conduziram à criação do sistema do Padroado, reflexo, na área eclesiástica do mesmo fenômeno de rarefação da autoridade que produziu o feudalismo. (TORRES, 1968:30)

Não eram somente as paróquias que constituíam o núcleo da prática religiosa organizada, mas também as irmandades e as ordens terceiras.

No que se diz referente a estes núcleos paroquiais, a Revolução Ultramontana do século XIX, nos bastidores da Igreja Vaticana acentuam este caráter de laicato fomentando a prática de pequenos rituais que vão além dos “tentáculos” da Santa Madre Igreja.

A religião no Brasil era doméstica e privatizada, nunca institucional, diferenciando-se dos moldes oficiais, com isso as famílias tornam-se grande expressão de religiosidade,

constituindo-se em um ambiente onde aprendiam-se as orações e os comportamentos religiosos.

As relações estabelecidas entre Igreja e Estado no Brasil Imperial tornaram-se delicadas diante dos movimentos de racionalidade do século XIX. O que até então caracterizava um contrato de relações na qual toda e qualquer decisão relacionada à estruturação, rito e devoção partia da iniciativa do imperador, ao contrário do papel petrino do pontífice.

2. Fonte Documental Eclesiástica: O Tombo Paroquial – Métodos e Técnicas

Quando tratamos da pesquisa qualitativa, frequentemente as atividades que compõe a fase exploratória além de antecederem à construção da pesquisa, também a sucedem. Muitas vezes, por exemplo, é necessário uma aproximação maior com o campo de observação para melhor delinear outras questões, tais como os instrumentos de investigação. Tendo uma visão mais ampla, podemos dizer que a construção da pesquisa é, inclusive, uma etapa de fase exploratória.

Segundo Pinsky (2005) os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são os da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas, sob os cuidados de serviços de arquivos em geral bastante precários e desconfortáveis, que costumam improvisar o atendimento quando surgimento inesperado de um pesquisador.

A documentação, rica e variada, compõe-se em especial de registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, processos diversos, livros tomo das paróquias e correspondência, organizados pelo nome das paróquias e em ordem cronológica. (PINSKY, 2005 p. 40)

A amplitude do acesso permitido depende exclusivamente do bispado e, portanto, tende a se alterar com a mudança de seus ocupantes. Alguns interpõem dificuldades quase intransponíveis, enquanto outros são bastante liberais e abrem até mesmo documentação mais sensível, como os processos relativos aos próprios religiosos.

De maneira resumida, os arquivos eclesiásticos preservaram escassa documentação para os séculos XVI e XVII, começando a ser mais expressivos a partir do século XVIII. Seria de se esperar que essas fontes, em especial os registros paroquiais realizados durante os períodos colonial e imperial, fossem de livre acesso ao público, já que a Igreja, por intermédio do Padroado Régio, atuava como um autêntico serviço público.

Deveriam estar abertos à livre consulta, sem maiores restrições, amparados em legislação específica regulamentando essa questão.

O uso dos registros de batismo, casamento e óbito sempre foram essenciais para os genealogistas, mas, a partir de década de 1960, os demógrafos historiadores e historiadores da população passaram a usar tais fontes de maneira bastante intensa alcançando resultados expressivos na análise dos padrões demográficos de populações do passado (PINSKY, 2005 p. 40)

A documentação eclesiástica inclui ainda outras séries documentais, como testamentos, habilitações matrimoniais, uns raros mas significativos registros de crisma, libelos de divórcio; também documentos avulsos como visitas pastorais, documentação das irmandades leigas, entre outras. O característico dessa vasta e diferenciada documentação é que a maioria dela está dispersa nos arquivos paroquiais e diocesanos, sendo por isso mais difíceis de serem localizados do que a documentação que galga a administração pública e religiosa e pode ser encontrada nos grandes arquivos públicos ou privados da Igreja ou das ordens religiosas.

Através de várias leituras de conceituados teóricos referentes a pesquisa histórica, principalmente Carla Pinsky, podemos oferecer uma visão de técnicas e métodos de como se trabalhar com esses documentos, principalmente os tombos paroquiais, um dos documentos que embasa esta pesquisa.

O pesquisador deverá apresentar um conhecimento em paleografia¹, bem como conhecer palavras da linguagem eclesiástica, para poder compreender o que o autor do documento relata. O livro tomo é uma ferramenta essencial para os estudos do histórico de uma paróquia, pois relatam festejos, cartas pastorais, algumas intervenções políticas e ou administrativas da cidade a qual pertence, dentro outros fatos importantes para se ter uma “atmosfera mental” da sociedade a qual pertence.

O livro tomo é uma ferramenta essencial para os estudos do histórico de uma paróquia, pois relatam festejos, cartas pastorais, algumas intervenções políticas e ou

¹ É o estudo de textos e manuscritos antigos e medievais, bem como de século mais novos, como o XIX. A metodologia de compreensão de cada período para se diferenciando, sendo considerada o histórico da escrita.

administrativas da cidade a qual pertence, dentro outros fatos importantes para se ter uma “atmosfera mental” da sociedade a qual pertence.

É importante ressaltar que ao analisar tais documentos, todos os dados devem ser anotados, desde ofícios, numerações variadas, páginas e autores, para que o pesquisador possa fundamentar de onde retirou tais informações ao escrever seus artigos.

3- Santo Antônio do Pinhal: Religiosidade Oitocentista

3.1 - Religiosidade Popular: O Sagrado e o Profano

O debate sobre a prática da religiosidade popular vem se intensificando na contemporaneidade, seja para glorificá-la, ressaltando o seu caráter libertador, seja para exorcizá-la como pouco ortodoxa, do ponto de vista teológico, ou alienada sob outros prismas. Algumas correntes apresentam este conceito de forma reificada, isto é, tratam as formas populares de religiosidade como se fossem independentes das relações sociais nas quais se inserem.

É o caso de artigos e de obras de alguns folcloristas que, preocupados com a preservação descritiva de nossas tradições culturais, revelam-se, na maior parte das vezes, desenraizados historicamente. Entendemos que algumas categorias básicas como o sagrado e o profano, o oficial e o popular, só poderão ser compreendidas dentro de um contexto de relações da religião com a sociedade.

O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano [...] o homem ocidental moderno experimenta um certo mal estar diante de inúmeras formas de manifestações do sagrado: é difícil para ele aceitar que, para certos seres humanos, o sagrado possa manifestar-se em pedras, ou em árvores por exemplo. (ELIADE, 2001 pp 17-18)

Estas reflexões sobre as relações dos homens com o divino desdobraram-se necessariamente sobre questões ligadas à conceituação e à interpretação da cultura popular, na medida em que a experiência do sagrado é apropriada de maneiras diversas pelos grupos ou por indivíduos, caracterizando uma pluralidade de usos e de entendimentos.

Ao devotarem Santo Antônio, os moradores que fundadores da cidade,

transformaram a veneração ao santo em uma característica cotidiana de reza e preparação para o trabalho.

Rezar as ladainhas, participar de romarias e irmandades, dar esmolas e participar das missas dominicais, é considerado o caminho para efetiva chegada ao “reino de Deus”. Nesse contexto, a religiosidade, embora não seja a norma exclusiva a pautar a vida de indivíduos e grupos, exerce ainda papel importante na sociedade.

A religiosidade, considerada como uma expressão cultural está relacionada às formas de ser e aparecer, [...] constituindo-se, portanto, em identidades culturais, ou seja, resultados sempre transitórios de processos de identificação. Compreendida do ponto de vista do movimento, da processualidade histórica, da relação que se estabelece entre os diferentes, não se confundindo com igualdade e pressupondo, sempre, um espaço de alteridade, a religiosidade é histórica, e suas expressões culturais estão sempre em transformações. (Remond, 1974, p. 117).

Desse modo, respeito e louvação; defesa intransigente, com penalidade às infrações; e familiaridade, intimidade e amálgama de situações caracterizam três níveis de comportamento e da produção simbólica em nossa cultura popular, no campo de fronteiras moveções do sagrado e do profano.

Os santos, portanto, têm tratamento diferenciado, com indicação de sinais de respeito e temor, por um lado, e, por outro, com uma familiaridade típica das relações humanas, que pode incluir censuras e castigos. Nos estudos referente a devoção a Santo Antônio, o santo casamenteiro em que analisa o culto nas mais diversas manifestações folclóricas – nas quadras populares, nas lendas, nas tradições e costumes, nas cantorias e desafios, nos folguedos populares – registra o constante respeito ao santa e as louvações, que lhe são feitas. É importante ressaltar que a devoção não são as mesmas, recebendo transformações da mentalidade regionalizada, por exemplo em Santo Antônio de Pádua, a devoção não é a mesma que a de Santo Antônio do Pinhal.

O Vale do Paraíba, embora herdeiro de uma estrutura agrária, na atualidade é “celeiro” das riquezas e produções industriais que cada vez mais impulsiona o crescimento

populacional, transformando a paisagem natural em paisagem construída, como cita o autor:

A industrialização e a urbanização da sociedade, então em processo, impossibilitaram a preservação do tipo de vida e da homogeneidade da comunidade rural, além da presença dos diversos imigrantes no Vale, com seus diferentes costumes e condutas, acabou por ameaçar a cultura e os valores da sociedade vale paraibana. (COSTA, 2005, p. 10).

É nesse cenário de transformações, que o Vale do Paraíba composto de diversos hábitos e culturas onde europeus, africanos, índios e orientais se misturam formando uma grande “aldeia” de idéias e filosofias que Fé e Poder ganham espaço representado instituições, como a Igreja Católica, vista e discutida ainda hoje por manipular versões oficiais muitas vezes camufladas por seus controladores considerados “dominadores da fé”.

Com isso a sociedade, inclusive a do Vale do Paraíba, arraigada em paradigmas bizarros, deixa de avançar filosoficamente e espiritualmente tendo como consequência o retardamento de idéias na busca de encontrar o equilíbrio perfeito e harmonioso para juntos crer e sentir que a verdadeira fé, não está só nos legados deixados por nossos antepassados, mas sim em nós mesmos, renovando-se a cada dia na busca de um mundo melhor.

Assim, Díez (1997), defende e discute em seus estudos que: “o discurso sobre a fé é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o crente, sua história, sua cultura e seu mundo”

3.2 – O Rancho Queimado: Devoção Antoniana, dos lírios do Santo aos pinheiros da Mantiqueira

Tratar da religiosidade Pinhalense é remeter-se aos primórdios da ocupação da região da Serra da Mantiqueira quando da passagem de Bandeirantes a caminhos das minas de ouro do século XVIII.

A origem do pequeno vilarejo anexado a cidade de Pindamonhangaba e posteriormente sendo bairro do Pinhal com referencia a cidade de São Bento do Sapucaí. Ainda no período colonial, durante a vigência das capitânicas a região tornou-se pólo de ligação entre as regiões de São Paulo e Minas Gerais. O ano de 1811 é o marco destes fatos e da ocupação de pequenas famílias em

torno de um quartel de mineiros instalado para guardar a região.

Quando da elevação à freguesia de São Bento do Sapucaí foram doadas as terras para a construção de uma pequena capela ao Santo de devoção. Assim refere-se os autores José Antonio e Zildo, que escreveram um livro com dados históricos da cidade de Santo Antonio do Pinhal:

Foram feitas muitas doações para a Capela de Santo Antonio no local denominado Fazenda Pinhal. A mais conhecida delas ocorreu em 11 de abril de 1856, quando o Senhor Antonio José de Oliveira e sua mulher doaram terras o Santo de sua devoção. (SILVA, 2009, p. 9).

O marco da religiosidade da região inicia-se efetivamente no ano de 1861, quando o Bairro da Cidade de São Bento do Sapucaí torna-se Freguesia. Dentro dos modelos imperiais a elevação de pequenos bairros e vilarejos à freguesia é a denotação da presença de uma comunidade paroquial criada pela coroa.

É válido lembrar que neste contexto histórico as raízes eclesiásticas estão impregnadas nas estruturas do poder imperial, graças ao Padroado. A dificuldade de inserir uma administração em localidades mais distantes das capitais provincianas, faz com que o governo destas pequenas freguesias seja de responsabilidade do clero. O governo da província ao criar a freguesia de forma automática é instalada canonicamente uma sede paroquial.

É muito comum, ao avaliar e analisar o cotidiano da sociedade deste período, na questão dos registros civis termos, como pesquisadores a necessidade de recorrermos a arquivos eclesiásticos como o Batistério, Casamentos e Óbitos, pois, cabia aos padres o registro destas informações, uma vez que a sociedade vive em torno dos costumes e orientações do clero.

Uma vez elevada à condição de freguesia o Bairro do Pinhal, dar-se-á a criação da paróquia no ano de 1861 no dia 23 de março e instalada na posse de seu primeiro pároco, Padre Francisco Cardelli, durante a solenidade da Festa do Padroeiro, 13 de junho do mesmo ano.

O ambiente religioso do século XIX propicia aos moradores da pequena freguesia uma aproximação às reformas do Concílio Vaticano I, 1868, donde o dogma da Infallibilidade Papal centralizou o pensamento de toda a Igreja. Para a Mater Ecclesiae² movimento de centralização devocional dos anos oitocentos, quando citamos

² Expressão latina que significa “Mãe Igreja”.

em planos gerais o vale do Paraíba, é fortemente marcado pela proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria (1854), donde os fiéis da virgem de Aparecida acorrem ao apelo devocional do Papa, como cita o autor:

Nessa configuração, onde o papismo exaltado pelo ultramontanismo obtinha uma unidade que Trento não conseguira, Pio IX proclama solenemente o dogma da Imaculada Conceição de Maria em 1854, tudo levando a crer, segundo a observação irônica de Eamon Duffy, que “o Céu evidentemente aprovou, pois, quatro anos depois, em Lourdes, a senhora imaginária identificou-se a Bernadete Soubirous, declarando: “Eu sou a Imaculada Conceição.” (Câmara Neto, 2000, p.115)

Coube aos padres redentoristas, vindos da Alemanha para Aparecida, a manutenção destas determinações papais no grande centro de peregrinação mariana da região uma vez lembrada importância do mesmo no cenário religioso nacional. O tradicionalismo e o culto de devoções populares paralelamente começam a fixar-se no cotidiano dos indivíduos dos grandes centros e dos meios rurais no vale do Paraíba, onde destacamos a geografia estratégica da Região Pinhalense como referencial de passagem de Mineiros e Habitantes de outras regiões ao circuito religioso vale paraibano.

Concomitante a esta concessão papal dos dogmas de devoção, outras devoções como a São Benedito, Nossa Senhora da Piedade de Lorena, Senhor Bom Jesus de Tremembé, dentre outras, entre elas a devoção a Santo Antonio no Alto da Serra da Mantiqueira marcam ainda mais o imaginário de devoção dos fiéis.

4. -Possibilidades e Marcas Patrimoniais: Descobrimo a Paróquia de Santo Antônio

Durante muito tempo foi realizada uma proposta de se estudar sobre a paróquia de Santo Antônio do Pinhal/- SP, porém nunca foram encontrados os documentos de sua origem. Os autores procuraram em vários lugares, desde aos arquivos paroquiais até à Cúria Diocesana de Taubaté, porém nada encontravam. Através de outra pesquisa que estava sendo realizada encontramos uma nota no *Jornal Imprensa* de 19 de março de 1876 uma referência a criação da Paróquia Santo Antônio pelo poder do executivo imperial. Com isto indicamos que a mesma foi criada sob o regime de padroado e a partir disto, uma nova pesquisa se iniciava.

Segundo Relatório de Campo do Instituto de Pesquisa Histórica Regional³, em pesquisa realizada na data de 8 de julho de 2010, sob responsabilidade científica de Prof^a Ludmila Pena Fuzzi, os pesquisadores examinaram algumas marcas que poderiam demonstrar presença do padroado, uma delas encontrada foi o brasão do Brasil Império talhado, nunca antes percebido pelos paroquianos:

Figura 1- Brasão Imperial no Sino Paroquial



FONTE: Fotografia do Acervo do IPHR, Prof. Cristiano Luiz da Silva

Analisando o livro tombo da paróquia, datado de 23 de abril de 1886, podemos encontrar marcas do padroado, como por exemplo, em que o pároco diz:

Na data de 23 de abril do ano decorrente (sic) deste livro tombo, chegaram na cidade os documentos para registro de casamento (Trecho livro tombo, p. 3)

A pesquisa ainda esta se iniciando, por isso novas marcas e símbolos serão estudados para fundamentar a discussão acerca de criação da Paróquia Santo Antônio.

Conclusão

Durante muito tempo os documentos referentes à origem desta paróquia foram procurados e nunca encontrados. A partir da informação em que os autores deste artigo descobriram no Jornal, se iniciou uma busca em locais de documentação imperial e já foi localizado um suposto documento no Arquivo Imperial de Petrópolis.

A serra da Mantiqueira neste período não tinha uma paróquia nas proximidades com o Vale do Paraíba, por isto a criação é da mesma para o

³ Relatório encontrado no arquivo de projetos do Instituto de Pesquisa Histórica Regional, projeto 002/09-10

Império era muito produtivo, já que no sistema de Padroado as Instituições religiosas serviam como cartórios jurídicos, como registros de casamentos, óbitos e batizados.

Bibliografia

CÂMARA NETO, I. de A. *Um caso de sobrevivência: Os redentoristas e a Festa de São Benedito (1894-1922)*. 2000, 341f. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2000.

COSTA, S. L. da; Taubaté: O local e o global na Construção do Desenvolvimento. 1^a Ed. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. (Obra publicada em 1936)

LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo, Loyola/ Programa de Educação em História Social da Faculdade de Filosofia de USP, 1999.

MARTÍNEZ DÍEZ, F. *Teologia da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora), *Fontes Históricas*. Contexto, São Paulo, 2005.

REMOND, R. *O século XIX (1815-1914): Introdução à história de nosso tempo*. São Paulo. Editora Cultrix LTDA: 1974.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo. Grijaldo, 1968.